

CIDADES RESILIENTES: A IMPORTÂNCIA DO FORTALECIMENTO DAS COMUNIDADES

Ricardo Cavaler Bianchi¹
Giovanni Matiuzzi Zacarias²

RESUMO

O presente trabalho faz um estudo sobre a necessidade de as populações estarem preparadas para o enfrentamento dos desastres no sentido lato, uma vez que a atuação nesses eventos não se resume apenas à retomada da normalidade na comunidade. Nesse sentido, apresenta a importância do engajamento entre poder público e sociedade, para que as ações inerentes à gestão do risco de desastres sejam efetivamente implementadas, focadas não só no restabelecimento da normalidade no pós-evento, mas também na preparação para chegada do próximo fenômeno. Por consequência, expressa algumas políticas públicas, norteadas pela Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas, a fim de atribuir alguns compromissos à administração pública em todos os níveis, no intuito de tornar as comunidades resilientes aos desastres. No tocante aos procedimentos metodológicos, utiliza-se da pesquisa bibliográfica realizada em obras relacionadas ao tema “cidades resilientes”, especialmente ações governamentais (programas de governo), as quais constituem o cerne do trabalho. Por fim, o texto aponta os benefícios para as comunidades ao se prepararem para a ocorrência de desastres, que por vezes são inevitáveis, mas que terão seus efeitos diminuídos na medida em que as ações conjuntas forem eficazes.

Palavras-chave: Resiliência. Comunidade. Desastre.

¹ Cadete do CEBM – Centro de Ensino Bombeiro Militar. Graduado em Ciências da Natureza, com habilitação em Física. E-mail: ricardo.b@cbm.sc.gov.br.

² Major do CBMSC – Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Especialista em Engenharia Civil: Gestão e Planejamento em Defesa Civil. Mestre em Administração. E-mail: matiuzzi@cbm.sc.gov.br.

1 INTRODUÇÃO

A crescente urbanização das cidades, ocorrida especialmente nas últimas décadas, trouxe, sob a ótica social, mudanças significativas para as comunidades. Nas cidades onde houve um crescimento planejado, sobretudo no que se refere à ocupação habitacional, as mudanças trouxeram oportunidades de prosperidade à população. Contudo, nas localidades onde o planejamento foi inexistente ou inapropriado, os resultados foram catastróficos, especialmente pela instalação em áreas de risco, como encostas instáveis, entorno de vulcões, áreas de inundação ou costeiras (BRASIL, [2011?]).

Diante disso, há necessidade de se priorizar tanto a antecipação quanto a adaptação das comunidades vulneráveis a determinados tipos de eventos adversos, os quais se dão em função da ocorrência de fenômenos, naturais ou não, denominados desastres. Na tentativa de se construir uma perspectiva acerca do melhoramento da capacidade das comunidades diante do enfrentamento de tais fenômenos, é imprescindível o entendimento de alguns conceitos referentes a esses eventos. Segundo o glossário da Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD) das Nações Unidas, o termo desastre é definido como:

Uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, que ocasiona uma grande quantidade de mortes, bem como danos e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou da sociedade afetada em responder à situação a partir de seus próprios recursos. (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 2009, p. 13-14, traduziu-se)

Dessa maneira, evidencia-se a relevância da instituição de ações destinadas especialmente à antecipação e à preparação das comunidades, como forma de resposta à inevitabilidade das ameaças de desastres, buscando-se com isso impedir que aconteçam, ou que seus efeitos sejam minimizados (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2013). Para tanto, é fundamental que haja participação de diferentes segmentos da sociedade no sentido de unir esforços para atuar naquilo que se entende como redução do risco de desastre. Conforme o mesmo glossário, a redução do risco de desastre significa:

Conceito e prática de redução dos riscos de desastres mediante esforços sistemáticos dirigidos à análise e à gestão dos fatores que causam os desastres, incluindo a redução do grau de exposição às ameaças; a diminuição da vulnerabilidade da população e da propriedade; a gestão sensata dos solos e do meio ambiente; e a melhoria dos processos de preparação diante dos eventos adversos. (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 2009, p. 27, traduziu-se)

Desse modo, em 2005, no Japão, foi firmado o Marco de Ação de Hyogo 2005-2015, tratado que envolveu mais de 160 nações, incluindo o Brasil, em que foram criadas as medidas a serem implementadas para redução do risco de desastres e vulnerabilidades frente às ameaças naturais até 2015 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007). À vista disso, adotou-se no Brasil, por meio da Lei Ordinária Federal n. 12608/2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil), o ciclo de ações em defesa civil, quais sejam: “prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, destinadas à redução dos riscos de desastres com vistas à preservação do moral da população, o restabelecimento da normalidade social e a proteção civil” (UN-ISDR apud SOUZA, 2013, p. 17).

Essas iniciativas, as quais exigem a efetiva participação de variados segmentos da sociedade, legitimam-se pela carência das comunidades sujeitas a diferentes ameaças de estarem preparadas para resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se de possíveis eventos adversos. Tais condutas, com efeito, podem ser traduzidas em uma única palavra: resiliência (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2013).

Destarte, o presente artigo traz um panorama geral acerca da mudança de postura da sociedade no sentido de buscar a construção da resiliência nas comunidades vulneráveis, dado que está em pleno acordo com as políticas internacionais de redução do risco de desastres. Para isso, fez uso da pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2007), é um estudo desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada em obras relacionadas ao tema “cidades resilientes”, sobretudo em cartilhas de ações de governo, as quais serviram de alicerce para o trabalho.

2 RESILIÊNCIA NAS CIDADES

A palavra “resiliência” é comumente utilizada na Física e na Engenharia em alusão à capacidade de um corpo ou sistema sofrer uma pressão sem que venha a quebrar ou deformar sua estrutura. Citada no século XIX pelo físico inglês Thomas Young (um dos precursores a usar o termo), vem ganhando popularidade em várias áreas do conhecimento, sendo amplamente empregada nos estudos associados à redução do risco de desastres (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2010; YUNES, 2003). Um olhar atento mostra que o conceito de resiliência carrega elementos fundamentais para promover a preparação e o enfrentamento por parte das comunidades ante eventos adversos, como pode ser visto no Glossário da Estratégia Internacional para Redução de Desastres:

Capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade potencialmente exposta a ameaças adaptar-se, resistindo ou mudando com o fim de alcançar e manter um nível aceitável em seu funcionamento e estrutura. Determina-se pelo grau no qual o sistema social é capaz de auto organizar-se para incrementar sua capacidade de aprendizagem sobre desastres passados, com o fim de alcançar uma melhor proteção futura e melhorar as medidas de redução de risco de desastre. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 17)

Com vistas ao acompanhamento das políticas locais de construção da resiliência nas cidades vulneráveis aos desastres, as Nações Unidas publicaram, em 2012, um relatório com foco nas ações de construção de cidades resilientes, no qual a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres apontou dois cenários diferentes de atuação do poder público e das comunidades, que divergem no que diz respeito às ações de reforço da resiliência urbana (UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION, 2012, tradução nossa).

O primeiro remete a cidades estruturadas, que dispõem de recursos suficientes, cujas administrações municipais trabalham harmonicamente com a comunidade, iniciativa privada e demais segmentos interessados na redução do risco de desastres. Isso acontece tanto por meio de políticas específicas de redução de riscos quanto pela melhoria da infraestrutura e da prestação de serviços, que acabam também por favorecer a construção da resistência aos eventos climáticos. Deve-se considerar, todavia, um notório sucesso de algumas cidades com receitas mais modestas, localizadas em países de baixa e média renda, demonstrando que a capacidade de resiliência não é exclusiva de nações ricas (UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION, 2012, traduziu-se).

O segundo cenário, por outro lado, alude aos casos em que entidades governamentais e demais setores da sociedade não conseguem fazer com que as práticas de redução de risco de desastres acompanhem o crescimento desenfreado da urbanização. Nesse contexto, destacam-se as cidades cujas políticas públicas de redução de risco de desastres são frágeis, superficiais, não conseguem alcançar os objetivos traçados, especialmente em virtude das deficiências na infraestrutura social e da falta de investimento dos Municípios nas ações de construção da resiliência nas comunidades (UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION, 2012, traduziu-se).

2.1 CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES: LINHAS GERAIS

Conforme exposto, é possível compreender a relevância da implantação de políticas públicas que busquem a construção da resiliência nas comunidades vulneráveis, de maneira que essas comunidades estejam preparadas para resistir, absorver,

adaptar-se e recuperar-se de possíveis eventos adversos, primando inclusive pela manutenção do próprio meio social. Nessa perspectiva, é importante que se responda o seguinte questionamento: como construir uma cidade resiliente? Segundo as orientações das Nações Unidas, a construção da resiliência nas comunidades começa com o planejamento das ações dos entes públicos, cuja finalidade deve ser a primazia pela redução dos riscos de desastres. Tais medidas visam, em especial, à construção de cidades onde o planejamento da ocupação deve ser respeitado, ao passo que o principal objetivo é proporcionar qualidade de vida para todos, priorizando-se o amparo às pessoas mais vulneráveis (UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION, 2012, traduziu-se).

Outra importante ferramenta para as cidades construírem resiliência é por meio da parceria entre governos, cidadãos e demais segmentos da sociedade interessados no processo de redução de risco de desastres, cujo intuito é promover ações no sentido de identificar, gerenciar e diminuir os impactos dos eventos adversos. Além disso, as Nações Unidas incentivam a implantação de programas educacionais sobre redução de risco de desastres nas escolas e comunidades vulneráveis, com o objetivo de contribuir para a atuação das pessoas da própria comunidade em situações de emergência. Ainda segundo a ONU, essa qualificação dispensada aos integrantes de comunidades vulneráveis também deve servir para a adoção de medidas individuais e coletivas no âmbito da prevenção aos desastres e, portanto, visam à redução do risco e ao conseqüente fortalecimento da resiliência nas comunidades (UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION, 2012, traduziu-se).

2.2 CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES: AÇÕES

Em 2011, o Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), realizou o lançamento da campanha “Construindo Cidades Resilientes: Minha Casa está se Preparando”, durante a 7ª Semana Nacional de Redução de Desastres. Segundo dados do governo brasileiro, o objetivo da campanha é “aumentar o grau de consciência e compromisso em torno de práticas de desenvolvimento sustentável, diminuindo as vulnerabilidades e propiciando bem-estar e segurança aos cidadãos” (BRASIL, 2015). A exemplo de tudo o que foi exposto, a implementação do programa “Construindo Cidades Resilientes: Minha Casa está se Preparando” representa um fragmento da concretização de algumas políticas de redução do risco de desastres, as quais são regidas pela Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD) da União das Nações Unidas.

Referindo-se ao conceito de resiliência citado pelo físico Thomas Young no século XIX, a campanha do Ministério da Integração Nacional definiu que cidade resiliente é

aquela que tem capacidade de resistir, absorver e se recuperar, de forma eficiente, dos efeitos de um desastre e, de maneira organizada, prevenir que vidas e bens sejam perdidos. Essa medida surge como tentativa de implementar as ações preconizadas no Marco de Hyogo 2005-2015, que definiu cinco prioridades para alcançar o aumento da resiliência das nações e comunidades frente aos desastres, quais sejam:

1. Fazer com que a redução dos riscos de desastres seja uma prioridade;
2. Conhecer o risco e tomar medidas;
3. Desenvolver uma maior compreensão e conscientização;
4. Reduzir o risco;
5. Estar preparado e pronto para atuar. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2007)

Com isso, o tratado estabeleceu responsabilidades para as diferentes entidades envolvidas tanto no processo de construção da resiliência nas comunidades quanto nas ações voltadas para a redução do risco. Assim, o programa “Construindo Cidades Resilientes: Minha Casa está se Preparando” definiu as ações a serem adotadas nos diversos níveis, sugerindo que cada organismo proceda da seguinte forma:

Governos Nacionais

- Configure e fomente plataformas nacionais de atuação multidisciplinar e inclua governos locais e associações na discussão sobre redução de riscos de desastres.
- Favoreça e incentive a aplicação de recursos para urbanização sustentável.
- Garanta que seus ministérios e demais instituições federais pautem a redução de risco de desastres e invistam recursos para desenvolvimento de políticas públicas na área.
- Incentive o desenvolvimento econômico de áreas rurais e pequenas cidades, com o objetivo de reduzir a migração acelerada para grandes centros urbanos e, conseqüentemente, áreas de risco.
- Faça da redução de riscos de desastres uma prioridade nacional e identifique, em todos os níveis, quais as instituições responsáveis por reduzir os riscos de desastres.

Governos locais

- Inclua o tema “risco de desastres” no topo de sua agenda.
- Entre em contato com a EIRD para articular-se com autoridades de sua área de atuação.
- Apoie a implantação da campanha em níveis locais e comunitários.

Associações Comunitárias

- Participe da campanha e incentive sua organização a participar também.
- Promova atividades de engajamento de lideranças comunitárias, utilizando os recursos e materiais promocionais da campanha.

- Construa projetos em parceria com os governos locais, ONGs, iniciativa privada, etc., para tornar sua localidade mais segura.
- Compartilhe o conhecimento local e suas experiências com outros atores.
- Desenvolva atividades como planejamentos locais, avaliações e mapas de risco, mutirões para manutenção de prédios públicos, capacitações sobre ocupação ordenada e normas de construção.
- Colabore na avaliação de riscos em sua cidade, e sugira um monitoramento participativo dos riscos.

Iniciativa Privada

- Assegure-se de que seus negócios não ampliam os riscos de desastres ou degradam o meio ambiente.
- Fortaleça parcerias em projetos locais (governamentais ou comunitários) que promovam a participação de sua instituição na construção de cidades seguras e lembre-se que apenas uma cidade resiliente pode sustentar o crescimento econômico.
- Invista recursos em pesquisa e desenvolvimento de projetos sobre redução de riscos urbanos. (BRASIL, [2011?], p. 24-25)

Isso posto, é relevante salientar que a concepção de resiliência nas comunidades depende da união de esforços de diferentes entidades, não se restringindo, portanto, às ações do ente público. Conforme destaca a obra *Gestão de Risco de Desastres da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina*, “[...] construir cidades resilientes frente aos desastres é tarefa de todos: governos locais e nacionais, associações internacionais, sociedade civil organizada, setor privado, academia e associações de profissionais, bem como todos os cidadãos precisam estar engajados” (SANTA CATARINA, [2013], p. 127). Por conseguinte, alinhando-se às responsabilidades estabelecidas pelo Marco de Hyogo 2005-2015, a campanha “Construindo Cidades Resilientes” propôs um conjunto de dez passos para a efetiva construção da resiliência nas comunidades, instituindo que elas realizem as seguintes ações:

1. Estabeleça mecanismos de organização e coordenação de ações com base na participação de comunidades e sociedade civil organizada, por meio, por exemplo, do estabelecimento de alianças locais. Incentive que os diversos segmentos sociais compreendam seu papel na construção de cidades mais seguras com vistas à redução de riscos e preparação para situações de desastres.
2. Elabore documentos de orientação para redução do risco de desastres e ofereça incentivos aos moradores de áreas de risco: famílias de baixa renda, comunidades, comércio e setor público, para que invistam na redução dos riscos que enfrentam.
3. Mantenha informação atualizada sobre as ameaças e vulnerabilidades de sua cidade; conduza avaliações de risco e as utilize como base para os planos e processos decisórios relativos ao desenvolvimento urbano. Garanta que os

cidadãos de sua cidade tenham acesso à informação e aos planos para resiliência, criando espaço para discutir a respeito.

4. Invista e mantenha uma infraestrutura para redução de risco, com enfoque estrutural, como, por exemplo, obras de drenagens para evitar inundações; e, conforme necessário, invista em ações de adaptação às mudanças climáticas.

5. Avalie a segurança de todas as escolas e postos de saúde de sua cidade, e modernize-os se necessário.

6. Aplique e faça cumprir regulamentos sobre construção e princípios para planejamento do uso e ocupação do solo. Identifique áreas seguras para os cidadãos de baixa renda e, quando possível, modernize os assentamentos informais.

7. Invista na criação de programas educativos e de capacitação sobre a redução de riscos de desastres, tanto nas escolas como nas comunidades locais.

8. Proteja os ecossistemas e as zonas naturais para atenuar alagamentos, inundações, e outras ameaças às quais sua cidade seja vulnerável. Adapte-se às mudanças climáticas, recorrendo a boas práticas de redução de risco.

9. Instale sistemas de alerta e desenvolva capacitações para gestão de emergências em sua cidade, realizando, com regularidade, simulados para preparação do público em geral, nos quais participem todos os habitantes.

10. Depois de qualquer desastre, vele para que as necessidades dos sobreviventes sejam atendidas e se concentrem nos esforços de reconstrução. Garanta o apoio necessário à população afetada e suas organizações comunitárias, incluindo a reconstrução de suas residências e seus meios de sustento. (SANTA CATARINA, [2013], p. 126)

Pelo apresentado, é possível constatar que as políticas de construção da resiliência nas comunidades vulneráveis, instituídas pelo Ministério da Integração Nacional, constituem um conjunto de ações em que o poder público, juntamente com pessoas, comunidades e entidades interessadas em promover a redução do risco de desastres são chamados a atuar.

2.3 PRIORIDADES DAS CIDADES RESILIENTES: HOSPITAIS E ESCOLAS

Diante da possibilidade da ocorrência de eventos extremos, algumas ocupações lideram a lista de prioridades para eventuais ações de socorro nas cidades. Assim, a segurança de escolas e hospitais deve ser primada, de modo que indivíduos, famílias, comunidades, organizações, governos, empresas e outras entidades devam se comprometer a trabalhar para esse propósito (UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION, 2012, traduziu-se). Para isso, é fundamental que essas edificações não sejam construídas em áreas de risco, já que se tratam de ocupações essenciais à manutenção da normalidade dos cenários. Como observa o guia para gestores públicos locais das Nações Unidas:

[...] hospitais e escolas devem ser construídos a partir de altos padrões de resiliência; suas vias de acesso devem permanecer abertas, bem como o fornecimento de água, energia elétrica e telecomunicações, que, para garantir a continuidade de suas operações, não podem ser interrompidos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 40)

Em junho de 2009, a segunda sessão da Plataforma Global para Redução de Riscos de Desastres destacou as metas para implementação do Marco de Ação de Hyogo. Nesse evento, foi estabelecido que até 2015 seriam realizados planos de ação concretos para alcançar escolas e hospitais mais seguros, sendo tais medidas implantadas em todos os países afetados por desastres (BRASIL, [2011?]). Considerando que as instalações escolares e de saúde prestam serviços sociais basilares, uma especial atenção deve ser dada à sua segurança, visto que os esforços devem ser focados na garantia do funcionamento desses locais nos momentos de maior necessidade. Dessa feita, escolas e hospitais devem ser tratados com zelo especial, uma vez que ocupam funções essenciais durante e depois de um desastre, pois é nesses locais que frequentemente se abrigam os sobreviventes. Por fim, vale lembrar que as rotinas normais da educação das crianças precisam ser retomadas assim que possível, de modo a se evitar repercussões sociais e psicológicas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012).

2.4 BENEFÍCIOS PARA AS CIDADES RESILIENTES

Adotando o pensamento de que as cidades podem se adaptar e conviver com a possibilidade de desastres, inúmeros são os motivos capazes de fazer com que os administradores públicos priorizem ações no sentido de construir a resiliência nas comunidades, por meio da instituição de políticas públicas alinhadas especialmente a medidas de desenvolvimento sustentável. Mais do que isso, trata-se de uma valiosa oportunidade para que a administração pública possa implementar ações de melhoria das condições sociais, ambientais e econômicas da população, com vistas tanto ao fortalecimento das comunidades, diante do enfrentamento dos desastres, quanto a deixar um legado para as gerações futuras (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012). Diante disso, o guia para gestores públicos locais das Nações Unidas traz um rol de vantagens para as comunidades ao se tornarem resilientes, cabendo destacar:

- Fortalecimento da confiança e da legitimidade nas estruturas e autoridades políticas locais.
- Conformidade aos padrões e práticas internacionais.
- Vidas e propriedades salvas em situações de desastres ou emergências, com uma drástica redução de fatalidades e de sérios danos.
- Bens comunitários e herança cultural protegidos, com redução dos desvios dos recursos da cidade para ações de resposta e reconstrução após desastres.

- Ampliação do investimento de capital em infraestrutura, incluindo reequipamento, renovação e recuperação.
- Aumento da base tributária, oportunidades de negócios, crescimento econômico e maior segurança de empregos; cidades mais bem governadas atraem mais investimento.
- Ecossistemas equilibrados que alimentam os serviços, como os de fornecimento de água e recreação e que reduzem a poluição.
- Melhores condições de educação em escolas seguras e melhoria da saúde e bem-estar.
- Uma base ampliada de conhecimento e cidadãos mais bem informados. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 16-17)

A partir desses apontamentos, é possível compreender a importância de as comunidades se tornarem resistentes e adaptáveis aos desastres, uma vez que é de fácil aceitação a afirmação de que a redução de risco de desastres é um investimento sem arrependimentos, pois protege vidas, propriedades, meios de subsistência, escolas, negócios e empregos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos maiores problemas enfrentados nos centros urbanos é a falta de planejamento da ocupação habitacional, que vem ocorrendo de maneira desordenada, sobretudo nos países subdesenvolvidos, onde a modernização ocorre tardia e morosamente. Nesses países, ao longo dos anos, um cenário de pesadas desigualdades sociais vem se perpetuando, ao passo que a crescente urbanização, associada à ocupação das áreas de risco das comunidades, concorre diretamente para a necessidade de mudança cultural; ponto chave do processo de aceitação e implantação das políticas de redução do risco de desastres (BRASIL, [2011?]).

Ainda que muitas das ameaças relacionadas aos desastres sejam inevitáveis, é possível a adaptação a esse cenário. Essa ideia consiste basicamente no fortalecimento da capacidade de resistir aos desastres, bem como na adoção de medidas de redução do risco, devendo-se considerar, no entanto, o contraste social e econômico dos diferentes países. Isso posto, ações governamentais em nível mundial foram criadas para nortear os investimentos do poder público, com vistas ao bem-estar da população e à proteção dos mais vulneráveis, a exemplo da elaboração do Marco de Ação de Hyogo 2005-2015 e recentemente do novo Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. Por conseguinte, houve um considerável avanço na tentativa de tornar as comunidades mais ambientadas e preparadas para o enfrentamento dos desastres, fato que pode ser evidenciado com a criação do programa brasileiro

“Construindo Cidades Resilientes: Minha Casa está se Preparando”, do Ministério da Integração Nacional. Diante disso, percebe-se uma forte inclinação de vários entes, nacionais e internacionais, no sentido de empreender esforços para construir uma base forte sobre a estruturação das cidades, de modo a torná-las resilientes.

Pelo exposto, pode haver uma tendência em presumir que a construção da resiliência nas comunidades vulneráveis é dever puramente do Estado, o que é uma grande falácia. À vista disso, as Nações Unidas fazem recomendações sobre como os diferentes atores sociais devem agir, visto que a construção da resiliência nas comunidades é tarefa de todos. Ainda segundo as Nações Unidas, tão importante quanto a participação das comunidades no processo de concepção da resiliência, é o correto tratamento dispensado aos hospitais e escolas, que devem ser edificadas com o mais alto grau de resiliência, pois são prioridades no cenário, uma vez que ocupam funções essenciais durante e depois dos desastres. Além disso, vale lembrar que há muitos benefícios para as cidades que buscam se tornar resilientes, destacando-se a herança positiva a ser deixada para as gerações futuras. Por fim, cabe aqui um alerta, já que o simples fato de existirem políticas cujo objetivo é tornar as cidades mais resilientes aos desastres não garante que isso seja prioridade para os governos, de modo que as próprias comunidades têm que se organizar e, de maneira inteligente, cobrar a implementação das medidas inerentes à construção da resiliência nas cidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Construindo Cidades Resilientes: minha casa está se preparando**. [2011?]. Disponível em: <http://eird.org/curso-brasil/docs/modulo7/4_SEDEC-Cidades-Resilientes.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Construindo Cidades Resilientes**. Proteção e Defesa Civil. Cidades Resilientes. Secretaria Nacional de Defesa Civil. 2015. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. **Terminología sobre reducción del riesgo de desastres**, 2009. Disponível em: <http://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologySpanish.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas para a redução de riscos de desastres. **Como construir cidades mais resilientes: um guia para gestores públicos locais**. Genebra, 2012. Disponível em: <http://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Estratégia Internacional para a Redução de Desastres**: Marco de Ação de Hyogo 2005-2015: aumento da resiliência das nações frente aos desastres. Genebra: ONU, 2007. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/cidadesresilientes/pdf/mah_ptb_brochura.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Glossário da estratégia internacional para a redução de desastres (EIRD)**: Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/omsambiental/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=293&sid=15>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

SANTA CATARINA, Defesa Civil. **Gestão de risco de desastres**. Santa Catarina: Defesa Civil, [2013].

SOUZA, Fabiano de. **Levantamento na literatura sobre os indicadores para atendimento à população atingida por desastres pela Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina** – 2013. 52 f. TCC (Especialização em Gestão de Risco com ênfase em Bombeiro) – Centro de Estudos Superiores, do Corpo de Bombeiros Militar e Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Making Cities Resilient Report 2012**. UNISDR, 2012. Disponível em: <<http://www.unisdr.org/we/inform/publications/28240>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres. **Coleção Brasil cresce seguro**: proposta de programa de redução de risco de desastres nas escolas: guia conceitual em redução de risco de desastres: volume 4. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres. **Gestão de riscos e de desastres**: contribuições da psicologia: Formação à distância. Florianópolis: Cabeça ao Vento, 2010.

YUNES, Maria Angela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, num. esp., p. 75-84, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa10.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

RESILIENT CITIES: THE IMPORTANCE OF STRENGTHENING COMMUNITIES

ABSTRACT

The present work has studied the need of populations be prepared for facing disasters, in a broad sense, since the acting in those events is not restricted to lead communities back to normalcy. Thus, it shows the importance of the engagement between government and society, so that the actions involving the disaster risk management are actually implemented, focusing not just on restoring normalcy after the event strikes, but also on the preparation of upcoming events. Therefore, it express some public policies, based on the United Nations international disaster reduction strategy, in order to point out some commitments to public administration at all levels, with the intention raising the resilience of communities. About the methodological procedures, this study used the bibliographical survey of works related to the theme resilient cities, especially government actions (government programs), which is the main topic of this work. Finally, the text shows the benefits that communities have when they prepare for the occurrence of disasters, which sometimes are inevitable, but will have its effects diminished as the joint actions are effective.

Keywords: Resilience. Community. Disaster.